

Ulysses garante Constituição moderna

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O tetrapresidente Ulysses Guimarães — ontem ele desempenhou a função de presidente da República e já acumula as presidências do PMDB, da Câmara e da Constituinte — garantiu que o PMDB vai se empenhar por uma Constituição moderna, que realize progressos na área social. No trabalho final da Constituinte, a decisão mais grave será a definição do futuro sistema de governo, segundo consideração do deputado, que se declarou presidencialista mas criticou o atual sistema exercido no Brasil, classificando-o de "adulterado e imperial".

Segundo o deputado Ulysses Guimarães, a futura Constituição está sendo elaborada por aproximações sucessivas, começando pelas subcomissões. Em razão disso, considerou natural que no primeiro momento não surja um texto perfeito, mas que será suscetível de aprimoramento. Lembrou que na noite de terça-feira reuniu em sua casa, para discutir os pontos críticos e polêmicos de cada relatório, os oito relatores, além dos líderes Mário Covas, Luiz Henrique, Carlos Sant'Anna e do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral. Garantiu ainda que, a partir de agora, esses contatos serão renovados. Desse modo, segundo Ulysses, no final sairá um texto constitucional moderno e progressista, satisfazendo os interesses da sociedade.

Quanto à natureza do futuro governo, Ulysses Guimarães acha que existe uma tendência da maioria dos constituintes por um sistema misto, da preferência dos presidencialistas, como ele, e dos parlamentaristas ortodoxos.

O multipresidente disse que a Constituinte cuidará desse tema com muito empenho, tendo o cuidado de não deixar passar um sistema que possa gerar crises de governo. De sua parte, defendeu a tese de que o presidencialismo está na cultura brasileira, lembrando que nas campanhas eleitorais o povo coloca muitas expectativas no candidato. O parlamentarismo parece melhor, de acordo com Ulysses, em países mais homogêneos, que não é o caso do Brasil. Sobre a duração do mandato presidencial, comentou apenas a necessidade, ou não, de as disposições transitórias da futura Constituição tratarem especificamente do mandato do presidente José Sarney.

Mas Ulysses não falou apenas do futuro. Lembrou também o principal problema do País no momento: a inflação que, segundo ele, é o desafio imposto ao presidente Sarney e ao ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. De sua parte, considerou as últimas taxas de inflação altas, mas disse que não gostaria de especular sobre o futuro. Acrescentou ser preciso evitar a recessão, em quaisquer das hipóteses.



Tetrapresidente não sentiu 'peso do fardo'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Bem humorado, o deputado Ulysses Guimarães confessou ter gostado de acumular num só dia, ontem, quatro presidências — do PMDB, da Câmara, da Constituinte e da República. "Não senti o peso do fardo", disse ele, completando que é mais fácil ser presidente do Brasil. "Aqui, pelo menos, as agendas obedecem a um horário rigoroso."

Mesmo assim, Ulysses Guimarães fugiu à agenda tradicional, elaborada pelo Gabinete Civil, e abriu espaço para políticos do PMDB. Pela agenda, teve despachos com os ministros do SNI, general Ivan Mendes; do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto; da Irrigação, Vicente Fialho, e das Relações Exteriores (interino), Paulo Tarso Flecha de Lima. Fora da agenda, recebeu, pela manhã, o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNB) dom Luciano Mendes; o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, acompanhado de todos os vice-líderes.

A tarde, o primeiro encontro foi

com o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas. Em seguida, os deputados peemedebistas Robson Marinho (SP), Paulo Macarini (SC), Antônio Brito (RS), Antônio Pedrosa (SP), Heráclito Fortes (PI), Aécio Cunha Neves (MG), Marcelo Castro (PI), Luciano Nunes e o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna.

Durante sua breve permanência no poder, assinou quatro decretos relativos à concessão para funcionamento de um curso de letras em Belo Horizonte, de expulsão de estrangeiros e um determinando aos Correios e Telegrafos emitir selo comemorativo no dia da promulgação da nova Carta Magna pela Assembleia Nacional Constituinte. Apesar dos 70 anos, Ulysses não demonstrava cansaço: às 8h30 da manhã e à meia-noite foi à Base Aérea de Brasília receber o presidente José Sarney. Na noite anterior, ele permaneceu até as três horas da madrugada discutindo com várias lideranças peemedebistas.

Apesar de uma visita ao comitê de imprensa do Planalto, no final da tarde, Ulysses despediu-se com uma frase de quem não pretende perder o poder de vista: "Até a próxima vez".

Planalto reaberto aos jornalistas

A chegada ao Planalto do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, para visitar o presidente em exercício, Ulysses Guimarães, terminou revogando, na prática, a proibição de acesso dos jornalistas ao terceiro andar do prédio. Covas atrapalhou-se no caminho e, na dúvida, os jornalistas que o esperavam também tomaram os elevadores, chegando ao andar do gabinete presidencial. Não surgiu nenhuma contra-ordem e, por alguns momentos, os "velhos tempos" voltaram ao Planalto. Ulysses, não só ignorou a proibição do presidente Sarney, como iniciou sua entrevista à imprensa pedindo desculpas pela agressão de que foram vítimas, no domingo, um jornalista e um fotógrafo, pela segurança do Senado.

A saída, Covas declarou que "não se mede o apelo de um partido ao governo pelo número de ministros que ele tem, mas sim pelo número de compromissos que esse partido tem como a opinião pública e que são satisfeitos pelo governo".

Depois da audiência, Covas recusou-se a considerar sua visita ao Palácio do Planalto, na ausência de Sarney, como um desagravo do PMDB às represálias contra o senador atribuídas ao presidente da República, por ser ele um dos maiores defensores da redução de seu mandato para quatro anos. Covas garantiu que estava ali apenas prestando uma homenagem ao deputado Ulysses



Alencar Monteiro
Covas, estranho no Planalto

ses Guimarães e que continua apoiando o governo, acrescentando que irá ao Palácio do Planalto quando Sarney estiver presente, se precisar tratar algum assunto com ele.

No Congresso, também ontem, Covas afirmou que o partido deve definir o mais rapidamente possível a duração do mandato de Sarney. A seu ver, se a providência não for tomada, cada peemedebista terá o direito de defender uma posição individual em relação ao assunto, contribuindo para a divisão do PMDB.

Mário Covas continua a defender quatro anos de mandato, mas acentua que acatará qualquer decisão em contrário do seu partido. Ele insistiu que é inconveniente o adiamento da convenção nacional, sob todos os aspectos, não compreendendo por que a medida foi sustentada pelas principais lideranças do PMDB.

Apesar das posições divergentes do seu partido em relação a várias questões, o senador não reconhece a existência de dois PMDBs, um mais progressista e outro conservador. Ele acredita que o que existe são constituintes eleitos pela legenda e que estão atuando em desacordo com a doutrina e o programa partidários.

Mário Covas recusa também a ideia de um novo golpe militar, estranhando o fato de os militares demonstrarem intenção de se afastar do processo político, enquanto há "muitos interessados em trazê-los de volta à cena política".

Executiva do PMDB terá reunião terça

A Comissão Executiva do PMDB vai reunir-se terça-feira para confirmar a convenção nacional nos dias 13 e 14 de junho ou adia-la sem data prevista. A informação é do secretário-geral do partido, deputado Milton Reis (MG). Na sua opinião, a tendência da maioria é pelo adiamento. Ele lembrou que, até o final de outubro ou início de novembro, a Assembleia Constituinte deverá definir o sistema de governo e o período de mandato do presidente José Sarney e de seus sucessores, daí a inconveniência de antecipar esse debate na convenção do PMDB.

Deverá prevalecer o parecer inicial do senador Mauro Benevides (CE), ao relatar proposta de convocação da convenção nacional — apresentada na Executiva pelo senador gaúcho José Fogaça — observou que a convenção deveria se realizar "em data que melhor convier aos interesses partidários, compatibilizados estes com a conjuntura política, econômica e social do País".

Os deputados peemedebistas Samir Achaou (SP) e Nelson do Carmo (RS) condenaram as tentativas de adiamento da convenção. Achaou considerou essa insistência uma "desmoralização da vida política nacional", enquanto Carmo observou que é "um absurdo que as bases não sejam ouvidas".

Mesa torna sem efeito destituição de relatora

A Mesa da Assembleia Nacional Constituinte, presidida pelo deputado Ulysses Guimarães, tornou sem efeito a destituição da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) da função de relatora da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação, pelo seu presidente, deputado Aroldo Oliveira (PFL-RJ).

A Mesa baseou sua decisão no fato de não haver ficado configurado o abandono dos trabalhos pela relatora, nem mesmo o não-acolhimento de seu voto, pela subcomissão. Assim, entendeu a Mesa que "a peça principal oferecida pela relatora — o seu anteprojeto — foi aprovado pela respectiva comissão, ocorrendo sua retirada dos trabalhos em curso quando estava em votação proposição acessória, isto é, uma emenda".

Ao decidir a questão de ordem no caso da deputada Cristina Tavares, a Mesa da Constituinte modificou decisão tomada no dia 20 por seu presidente, Ulysses Guimarães, e abriu a possibilidade de que doravante os relatores vencidos possam ser substituídos.

lador, se derrubado seu parecer, era uma espécie de sanção e, portanto, não estando expressamente prevista, não caberia à Mesa fazê-lo. Assim, se o relator tem apenas uma parte do seu parecer rejeitada, como geralmente acontece, ele se subordina à decisão da maioria e relata "o vencido".

Recurso

Amaral Neto não se conformou com a decisão e entrou com recurso, que Ulysses aceitou apenas para encaminhá-lo à Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Recurso que, por sinal, não foi votado ontem por falta de quórum. José Lourenço, líder do PFL, também fez energético protesto, acusando Ulysses de estar favorecendo os "não-moderados do PMDB".

Ontem, porém, o presidente em exercício na Assembleia Constituinte, Mauro Benevides, leu a decisão da Mesa sobre o caso de Cristina Tavares, que assinala: "O regimento interno da Câmara dos deputados, adotado subsidiariamente, admite a substituição do relator quando o seu voto não é acolhido pela comissão. Não se configurou, porém, tal hipótese. Se tivesse sido configurado a hipótese, ela poderia ter sido substituída, assim como poderá ocorrer com qualquer relator daqui para a frente."

Petista reconhece desvantagem

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Wladimir Palmeira (PT-RJ) reconheceu ontem que "a esquerda está em posição claramente desfavorável na Assembleia Nacional Constituinte e já nem se discute mais a possibilidade de dar algumas características socialistas à futura ordem constitucional". Reclamando do grupo político que tem defendido a livre iniciativa um mínimo de negociação, o parlamentar advertiu que, se persistir a tática dos privatistas, a esquerda terá que, inevitavelmente, colocar o povo nas ruas. "E isso acontecerá a partir da atuação de partidos como o dos Trabalhadores e do PDT, com o apoio de parte do PMDB, sob a bandeira das diretas-já e contra a política econômica do governo."

O rolo compressor acionado pelos liberais na Constituinte, segundo o deputado petista, é prejudicial para o momento de transição política. Mantida a estratégia, ele acha que a futura Constituição não terá legitimidade e duração. Em tom de discurso, Palmeira acusou os defensores da livre iniciativa — "que não é tão livre e nem tem tanta iniciativa, pois o País é de fato estatizado" — de não

participarem das discussões, embora venham em bloco, na hora das votações, vencendo sem precisar justificar suas posições.

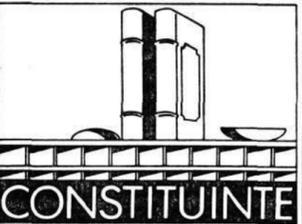
Prevedendo que a futura Constituição será moldada pelos liberais, Wladimir Palmeira admitiu que restou pouco espaço para seu grupo, revelando que "o que queremos é assegurar, pelo menos, os direitos dos trabalhadores alcançados nos países mais industrializados e avançados do mundo". Também em tom de ameaça, a deputada Irma Passoni (PT-SP), com o apoio de Fernando Santana (PCB-BA) e Percival Muniz (PMDB-MT) fez outra advertência: "A burguesia nacional certamente não sabe que o projeto atual será sua própria sentença de morte e, se for informada exatamente sobre o que foi feito, virá cobrar dos constituintes formas de proteção do capital nacional". Ela se referiu aos pontos do anteprojeto aprovado pelo grupo privatista da Subcomissão de Princípios Gerais.

As críticas à atuação dos liberais foram constantes ontem na primeira rodada de discussões no âmbito da Comissão de Ordem Econômica. O item mais visado foi a abertura, considerada excessiva, ao capital estrangeiro, principalmente em rela-

ção à área de mineração. O grupo estatizante argumentou que o patrimônio mineral do País não é renovável e a prevalecer a forma atual da proposta, permitirá que as multinacionais que controlam o mercado internacional determinem a política nacional do setor.

A Comissão de Ordem Econômica reúne as subcomissões de Princípios Gerais da Economia, Questão Urbana e Transportes e Política Agrícola e Reforma Agrária. As discussões prosseguirão, com sessões pela manhã e à tarde, todos os dias, até domingo. Amanhã, o relator, senador Severo Gomes (PMDB-SP), apresentará um esboço de anteprojeto, ao qual aceitará emendas no sábado e domingo. Seu parecer e anteprojeto final serão apresentados somente no dia 8 de junho.

É na Comissão de Ordem Econômica que estão sendo travados os mais contundentes debates entre os grupos dos liberais e dos estatizantes. Apesar dos relatores das três subcomissões pertencerem a ala liderada pelo senador Mário Covas, o setor liberal tem conseguido barrar praticamente todas as propostas consideradas como provocadoras de uma interferência ainda mais acentuada do Estado na economia do País.



Opinião de empresário é diferente

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

"Os conservadores estão com vantagem no atacado, mas são fortemente derrotados no varejo, porque, na hora do detalhamento, perdem o jogo." A avaliação foi feita ontem, em Porto Alegre, pelo presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Fedarul), César Rogério Valente, ao se manifestar sobre a tendência estatizante de muitos projetos apresentados nas subcomissões da Assembleia Nacional Constituinte.

Preocupado com esta situação, o líder empresarial disse que ela é decorrente do fato de "a minoria de esquerda estar dando demonstração de mais eficiência, mais trabalho de mobilização. Eles estão mais agressivos e a representação de centro e de direita não está conseguindo reverter a tendência".

Para o presidente da Fedarul, mesmo que fosse vitoriosa a tese de diminuição da participação do Estado na economia, "seria apenas mais um texto de lei para não ser cumprido, seria uma pseudo-vantagem, porque se trata de algo muito étéreo", enquanto que em questões mais específicas, como a redução da jornada de trabalho e a estabilidade no emprego, estão sendo vitoriosas as posições da esquerda, "o que ocasionará prejuízos irreparáveis para a iniciativa privada".

A atuação esquerdista também foi criticada em Brasília pelo líder do PDS, Amaral Neto. Segundo ele, "as esquerdas armaram uma chantagem na Constituinte. Quem é de esquerda não é mais de esquerda. E progressista, é de direita, é conservador. A esquerda tem formidável capacidade de trabalhar, talvez igual à da Igreja e do Exército. Como a igreja está quase toda na esquerda, ela está com tudo".

Com esse truque, aprendido

Delfim diz que minorias querem tutela

O deputado Delfim Netto (PDS-SP) criticou ontem, em São Paulo, as teses do capítulo da Ordem Econômica da futura Constituição defendidas pelos que se intitulam "progressistas". Para Delfim, "as teses dessas minorias ideológicas e barulhentas são as mais retrógradas que se pode imaginar e simplesmente escandem o desejo de aumentar a intervenção do Estado na economia e a tutela da burocracia sobre os cidadãos".

Delfim disse que "foi contra essas teses que se rebelou a maioria da Subcomissão de Princípios Gerais da Ordem Econômica que ele preside. O texto aprovado na subcomissão evitou a limitação das liberdades essenciais que permitem o funcionamento da democracia, suportadas pelo direito de propriedade, pela economia de mercado e pela valorização do trabalho de todos os brasileiros". O deputado explicou que o texto será submetido sucessivamente ao escrutínio da comissão temática, da Comissão de Sistematização e do plenário da Constituinte e disse esperar que "esses valores permaneçam".

"Os brasileiros devem fazer a leitura correta das diversas propostas — as nossas e as que certamente vão ressurgir pela ação das minorias barulhentas e ideológicas — e devem compreender que, quando eles propõem a maior intervenção estatal, apenas estão querendo avançar ainda mais no bolso dos cidadãos e nas suas liberdades", disse Delfim, acrescentando que o PMDB "é incapaz de administrar o País".

Uma atuação esquerdista também foi criticada em Brasília pelo líder do PDS, Amaral Neto. Segundo ele, "as esquerdas armaram uma chantagem na Constituinte. Quem é de esquerda não é mais de esquerda. E progressista, é de direita, é conservador. A esquerda tem formidável capacidade de trabalhar, talvez igual à da Igreja e do Exército. Como a igreja está quase toda na esquerda, ela está com tudo".

Alvo agora é a liberalização da economia

O anteprojeto do sistema financeiro é o próximo alvo do grupo que defende o liberalismo econômico na Assembleia Nacional Constituinte, agora que o resultado do trabalho das subcomissões começa a ser discutido de forma mais ampla nas comissões temáticas. Das três subcomissões que se juntaram para formar a Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, foi a Subcomissão do Sistema Financeiro a que acolheu em seu relatório final maior número de propostas consideradas inaceitáveis pelos liberais.

A Comissão vai se reunir pela primeira vez hoje à tarde, para deliberar sobre o prosseguimento dos trabalhos. Até segunda-feira, o relator, deputado José Serra (PMDB-SP), estará recebendo as propostas de emendas aos anteprojeto aprovados pelas subcomissões. Ontem, apesar de ter ficado em casa para recuperar-se de uma gripe, Serra recebeu assessores técnicos da Comissão. O presidente dela, deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), acertou com Serra a realização da primeira reunião plenária para hoje à tarde. Dornelles não quis fazer previsões sobre o rumo dos trabalhos, argumentando ser preciso esperar o fim do prazo de recebimento de emendas para formar uma ideia do que irá mudar nos anteprojeto.

Parlamentares que fazem parte da Comissão já adiantaram, porém, que os esforços devem se concentrar em alguns artigos do anteprojeto do sistema financeiro, especialmente naqueles das disposições transitórias, que prevêm a realização de uma auditoria na dívida externa nacional e a extinção do Conselho Monetário Nacional, passando-se suas atribuições para uma comissão mista permanente do Congresso.

Os liberais argumentaram que o Congresso deve dar as diretrizes e supervisionar a política monetária, mas o governo precisa ter um órgão para administrá-la no dia-a-dia. Quanto à auditoria da dívida, ela não seria matéria constitucional.

Sant'Anna vence pela retirada

de decisão encaminhada à Comissão de Sistematização.

A "estratégia Nelson Marchezan", habilidade demonstrada pelo ex-líder do PDS para impedir votações em plenário — retirando seus liderados e até escondendo-os em banheiros —, está de volta. Ela está sendo utilizada pelo líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), já mostrou eficácia três vezes: quando da votação do Regimento Interno da Constituinte, para evitar a votação da soberania; na reunião do PMDB, há duas semanas, para impedir a votação do sistema de governo e duração do mandato do presidente Sarney; e anteontem à noite, para barrar o terceiro projeto

quando era liderado por Marchezan, Sant'Anna conseguiu derrotar, sucessivamente, os três projetos de decisão encaminhados: dois do deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), propondo auditoria na dívida externa; e um do deputado Victor Facioni (PDS-RS), que pretendia o fim da isenção de imposto de Renda para deputados e senadores. Um quarto projeto deverá ser apresentado, talvez esta semana, pelo senador Jamil Haddad, fixando o mandato do presidente José Sarney em quatro anos. Como os demais, não se enquadrará nos dispositivos do Regimento Interno da Constituinte.

Esse projeto, apresentado pelo líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, pretendia o parcelamento em 24 prestações das dívidas das microempresas com o governo, para tirá-las da situação de insolvência em que se encontram. Quando Carlos Sant'Anna percebeu que o projeto poderia ser aprovado, juntou-se ao líder do PFL (José Lourenço) e começou a retirar constituintes do plenário.

Com esse truque, aprendido

A redivisão territorial, o tema de hoje

A autonomia do Distrito Federal e a questão da redivisão territorial brasileira serão discutidas hoje pela Comissão da Organização do Estado, que considera estes os temas mais polêmicos. Segundo o presidente da Comissão, José Thomaz Nonó (PFL-AL), os 63 constituintes devem ter espaço especial para discutir os dois assuntos, mesmo durante a fase de apresentação de emendas aos anteprojeto das subcomissões da União, Distrito Federal e Territórios, dos Estados, e dos Municípios e Regiões.

A bancada de Brasília — oito deputados e três senadores — fechou questão em torno da autonomia do Distrito Federal defendendo eleição direta para governador, vice e deputados estaduais em 1988. Essa autonomia já está prevista no anteprojeto da Comissão da União, Distrito Federal e Territórios, mas somente foi votada por 21 constituintes. O que a bancada quer é sensibilizar, desde já, o relator, José Richa (PMDB-PR).

No plenário da Constituinte, o deputado Paulo Palm (PT-SP) criticou o Estado por ter comparado as forças de esquerda da Subcomissão dos Direitos do Trabalhador a "garças", em artigo publicado na quinta-feira.



Alfredo Rizzutti
Amato recebe o chefe do EMFA na Fiesp

General evita definir mandato

"O mandato do presidente Sarney deve ser definido de acordo com a lei", disse ontem o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Paulo Campos Paiva. Ele veio a São Paulo para conversar sobre as possibilidades da indústria bélica com representantes dos empresários na sede da Fiesp, onde foi recebido pelo presidente da entidade, Mário Amato. Sobre política, o general não quis fazer muitos comentários. Reafirmou que "a obediência à lei é fundamental" e que "se o presidente chega à conclusão de que seu mandato deve ser de cinco anos, e isso for votado na Constituinte, deve ser mesmo".

O ministro não acredita na possibilidade de recessão, lembrando que "em 1930 o Brasil era uma grande fazenda de café; em uma geração, se tornou a oitava economia do mundo". Da reunião na Fiesp, ele destacou que foi a primeira oportunidade de contato direto entre militares e representantes da indústria para discutir a possibilidade de, em caso de guerra, mobilizar o aparato técnico de produção de bens de consumo para fornecer material bélico.

O general Campos Paiva esteve acompanhado pelo staff do Emfa. Quatro integrantes do grupo fizeram palestras aos empresários, com temas ligados à logística e mobilização militar e ciência e tecnologia.